



## MULTI ENERGISA SERVIÇOS S.A.



promessa de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante seria trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido para o cliente. A receita é reconhecida quando o cliente e o provedor de serviços concordam com o preço, o tempo e a satisfação, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. **I) Benefícios pós-emprego** - a Companhia patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica e previdenciária pela Companhia e sua obrigação durante o período de 5 (cinco) anos, independente de não circularidade - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **ii) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TGD9/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a história econômica da Companhia e sua contribuição para a sociedade brasileira, de acordo com o pronunciamento requerido pela legislação societária brasileira, com parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.3 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:** (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	19 de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudanças de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperada que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	19 de janeiro de 2020
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	19 de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRs 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referencial (IBOR).	19 de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	19 de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que não são efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO

4.1. Caixa equivalente de caixa: A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a CDI (102,5% do CDI em 2019).

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	1.085	1.393
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas <sup>(1)</sup>	1.085	1.393
Total de caixa e equivalente de caixa <sup>(2)</sup>	2.170	2.786
(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de compra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas do CDI (102,5% do CDI em 2019); (2) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.		
4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 113,5% do CDI (102,5% do CDI em 2019).		

	2020	2019
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>2.975</b>	<b>4.218</b>
Fundo de Investimentos Exclusivos <sup>(1)</sup>	2.975	4.218
Títulos públicos	1.122	2.034
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.115	1.923
Letra Financeira (LF)	581	79
Letra Financeira (LTN)	19	79
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	138	482
Nota do Tesouro Estadual (NTNF)	1	1.218
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante</b>	<b>2.975</b>	<b>4.218</b>
(1) Fundo de Investimentos Exclusivos inclui aplicações em Títulos Públicos, LFT, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 113,5% do CDI no Fundo FI Energisa.		

## 5. CLIENTES

	2020	2019
Contas a receber partes relacionadas	8.121	8.087
<b>Total - circulante</b>	<b>8.121</b>	<b>8.087</b>

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2020	2019
À vencer	8.109	7.943
Vencidos entre 31 e 180 dias	28	28
Vencidos entre 181 e 360 dias	89	89
Vencidos a mais de 360 dias	12	27
<b>Total</b>	<b>8.121</b>	<b>8.087</b>

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6	574
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	39	192
Contribuição social sobre lucro - CSLL	5	192
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	593	566
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.768	4.472
Retenção para a previdência social	5.411	5.016
Outros	4.189	4.588
<b>Total</b>	<b>12.222</b>	<b>12.222</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.189</b>	<b>4.588</b>
<b>Não circulante</b>	<b>8.033</b>	<b>7.634</b>

Referem-se a créditos tributários e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTO DIFERIDO E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

	2020	2019
Imposto de renda Pessoa Jurídica - IRPJ	41	111
Imposto de Renda Retido na Fonte - CSLL	86	70
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	86	70
Contribuição Previdenciária sobre receita Bruta - CPBR	143	117
Imposto sobre Serviços - ISS	125	121
Encargos Sociais	316	258
Contribuições ao PIS e a COFINS	100	104
Outros	30	29
<b>Total - Circulante</b>	<b>3.989</b>	<b>3.822</b>

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista. **Perdas Prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando o aplicável, e os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil não dependem da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	2020	2019
Provisão ajuste atuarial	-	1.677
Provisão para riscos trabalhistas	60	20
Provisão INSS a compensar	1.001	340
Outras provisões (exclusões) temporárias	14	39
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>1.101</b>	<b>2.765</b>
As realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:		

	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	10.322	11.697
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(3.509)	(3.977)
Ajustes:		
Despesas indutíveis (doações, brindes, multa, etc)	96	(1)
Outros exclusões / (adições) permanentes	61	72
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>	<b>(3.352)</b>	<b>(3.906)</b>
Alíquota efetiva	32,47%	33,39%

## 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações, (99,90% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias: • Energia Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMGS); • Energia Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT) - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energia Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE); • OMRA Participações S/A; e • Rede Power do Brasil S/A. A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Rede Energia Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denegre é controlada pela Energia S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Rede Energia Participações Minoritárias S/A (R5,31%) que por sua vez possui o controle direto do relatório financeiro (IFRS) emitido pelo Interim Financial Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissionais e os demais procedimentos éticos de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada pela responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras totais em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

**Remuneração dos administradores:** Nos exercícios de 2020 e 2019, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação dos bens da Companhia está demonstrada abaixo:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 2020
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações e Beneficiárias	3,33%	1.724	-	-	1.724	
Máquinas e equipamentos	14,34%	6.164	-	1.023	7.187	
Móveis e utensílios	6,25%	2.808	-	35	2.843	
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>10.696</b>		<b>1.058</b>		<b>11.754</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e Beneficiárias	(1,49)	-	-	(57)	(206)	
Máquinas e equipamentos	(3,27)	-	-	(54)	(4.398)	
Móveis e utensílios	(1,00)	-	-	(176)	(1.180)	
<b>Total Depreciação acumulada</b>					<b>(774)</b>	<b>(5.784)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>5.686</b>		<b>1.058</b>		<b>5.970</b>
Imobilizado em curso		265	1.398	(1.058)	205	810
<b>Total</b>		<b>5.951</b>	<b>1.398</b>		<b>(774)</b>	<b>6.575</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 2019
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações e Beneficiárias	3,33%	1.230	-	494	1.724	
Máquinas e equipamentos	13,85%	5.249	-	915	6.164	
Móveis e utensílios	5,21%	2.460	-	348	2.808	
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>8.939</b>		<b>1.757</b>		<b>10.696</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e Beneficiárias	(1,05)	-	-	(44)	(149)	
Máquinas e equipamentos	(3,95)	-	-	(462)	(3.857)	
Móveis e utensílios	(8,40)	-	-	(164)	(1.004)	
<b>Total Depreciação acumulada</b>					<b>(670)</b>	<b>(5.010)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>4.599</b>		<b>1.757</b>		<b>5.686</b>
Imobilizado em curso		265	2.022	(1.757)	205	810
<b>Total</b>		<b>4.599</b>	<b>2.022</b>		<b>(670)</b>	<b>5.951</b>

## 10. INTANGÍVEL

## 10.1 Intangível - softwares

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2019	Transferências	Amortização	Saldo 2020
<b>Em Serviço</b>					
Custo	20,00%	2.612	115	-	2.727
Amortização Acumulada		(2.029)	-	(528)	(2.557)
Em Curso		117	(115)	-	2
<b>Total</b>		<b>700</b>		<b>(528)</b>	<b>172</b>

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2018	Adição	Amortização	Saldo 2019
<b>Em Serviço</b>					
Custo	20,00%	2.612	-	-	2.612
Amortização Acumulada		(1.522)	-	(507)	(2.029)
Em Curso		117	113	-	230
<b>Total</b>		<b>1.094</b>	<b>113</b>	<b>(507)</b>	<b>700</b>

Os ativos intangíveis são basicamente softwares e serão amortizados pelo prazo de 5 anos, a partir da sua data de ativação. **10.2 Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2019	Baixas	Amortização	Saldo 2020
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>					
Custo	34,18%	2.310	(430)	-	1.880
Amortização Acumulada		(728)	-	(394)	(1.122)
<b>Total</b>		<b>1.582</b>	<b>(430)</b>	<b>(394)</b>	<b>758</b>

	Taxa média de amortização (%)	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Amortização	Saldo 2019
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>					
Custo	31,52%	522	1.788	-	2.310
Amortização Acumulada		-	-	(728)	(728)
<b>Total</b>		<b>522</b>	<b>1.788</b>	<b>(728)</b>	<b>1.582</b>

## 11. FORNECEDORES

	2020	2019
Material (*)	125	46
Serviços (*)	534	400
<b>Total - circulante</b>	<b>659</b>	<b>446</b>

(\*) Refere-se a aquisições de materiais e serviços cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias. Do montante de R\$1.559, R\$184 são contas a pagar com partes relacionadas.

## 12. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia é parte em arrendamentos em contratos referendados em imóveis não residenciais para a prestação de serviços de tabelamentos para desenvolver suas atividades comerciais. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a serem prestadas, por conta disso a Companhia avaliou estes efeitos, concluindo quanto sua materialidade para as Demonstrações Financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. As movimentações do exercício são como segue:

	2020	2019
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%
Arrendamentos operacionais - Circulante	1.596	(341)
Não circulante	1.023	658
Total	573	127

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Amortização	Juros	Saldo em 2019
<b>Arrendamentos operacionais - Imóveis</b>						
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%	522	1.788	(781)	67
Circulante						1.596
Não circulante						573

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020	2019
2022	100	127
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>127</b>

## 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto de renda Pessoa Jurídica - IRPJ	41	111
Imposto de Renda Retido na Fonte - CSLL	86	70
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	86	70
Contribuição Previdenciária sobre receita Bruta - CPBR	143	117
Imposto sobre Serviços - ISS	125	121
Encargos Sociais	316	258
Contribuições ao PIS e a COFINS	100	104
Outros	30	29
<b>Total - Circulante</b>	<b>3.989</b>	<b>3.822</b>